

----- **ATA N.º 5/2024** -----

-----Ao décimo nono dia, do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva Rodrigues.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa** comunicou que, em virtude do Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Joaquim Lopes Abreu, estar ausente nesta sessão, por motivos de baixa médica, foi convidada para a Mesa, a Senhora Deputada Cláudia Maria Geraldês Aguiar, da Bancada do PSD, para substituí-lo, assumindo as suas funções. -----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pelo Senhor Deputado Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques e pela Senhora Deputada Cláudia Maria Geraldês Aguiar, na qualidade de, primeiro e segunda, secretários, respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu ao público presente e aos que assistiam à transmissão *online* desta Sessão. -----

-----De seguida, deu conhecimento que a Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos informou via correio eletrónico, com registo de entrada número setenta e três, datado de treze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, que iria estar ausente no período compreendido entre os dias catorze e vinte e um de dezembro, tendo solicitado a sua substituição. Nos termos da Lei foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, a Senhora Deputada Ana Rita Cardoso dos Santos. -----

-----O Senhor Deputado Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva informou que se encontra ausente, tendo solicitado a sua substituição. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, a Senhora Deputada Elisa Marie Matias. -----

-----O Senhor Deputado Joaquim Lopes de Abreu informou que não poderia estar presente, solicitou a sua substituição. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, o Senhor Deputado António José Gonçalves Martins. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----José Miguel Neves Figueiredo; -----

-----António José Gonçalves Martins, em substituição do Senhor Deputado Joaquim Lopes de Abreu;-----

-----Alexandra Isabel Henriques Sena;-----

-----Carlos Miguel da Costa Cunha;-----

-----Francisco José Pereira Marques Cabral;-----

-----Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques;-----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá;-----

-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar;-----

-----Isabel Maria Moura Seixo Cunha;-----

-----Ana Rita Cardoso dos Santos, em substituição da Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos; -----

-----Elisa Marie Matias, em substituição do Senhor Deputado Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva; -----

-----José Jorge Silva;-----

-----Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo;-----

-----António Santos; -----

-----Ricardo Jorge Almeida Coelho;-----

-----Ana Cristina Dias Pires;-----

-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; -----

-----João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----
-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro; -----
-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro;-----
-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
-----Paulo dos Santos Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----
-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----
-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela;-----
-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----
-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----
-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira; -----
-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----
-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; -----
-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz; -----
-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, Teresa Ferrão Cardoso, José Alfredo de Almeida Silva e Maria Teresa Carvalho Campos Meireles da Cunha.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público” tendo-se inscrito a Senhora Helena Pereira e o Senhor Vítor Henriques.-----

-----A munícipe Helena Pereira iniciou a sua intervenção relatando que, nos últimos meses, tem verificado um aumento constante no valor da fatura da água. Considerando que o valor dos resíduos é calculado com base no consumo de água, pretendeu saber se o preço da água vai continuar a aumentar e qual será o aumento previsto. Ainda em relação aos resíduos disse que é difícil aceitar um aumento significativo, dado que continuam a ser realizadas duas recolhas de resíduos semanais, duas dos contentores pequenos e duas dos grandes. Assim, pretendeu saber se o serviço permanece igual, porque é que o valor dos resíduos aumenta em conformidade com o aumento do m³ da água. Já solicitou uma explicação e a resposta que obteve foi que atualmente o cálculo é efetuado ao dia, porém, essa já era a prática anterior. Considerando que a explicação transmitida não é muito lógica, questionou o quanto ainda irá aumentar, se permanecerá por um período prolongado e até onde chegará.-----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** confirmou a existência de um aumento no início do ano, porém foi o único, e deveu-se à necessidade de uniformização de tarifário ao integrarem o agrupamento de municípios da APAL – Águas Públicas em Altitude, que agrega os municípios de Celorico da Beira, Guarda, Sabugal, e Manteigas. Esse

aumento não atingiu todos os munícipes, uma vez que foi tida em conta a tarifa social. Esses custos são da responsabilidade da Câmara, que beneficia os munícipes mais vulneráveis. -----

-----Relativamente ao aumento já antes relatado por alguns munícipes, referiu que a tendência é olhar para o custo total da fatura e ignoram todos os valores presentes, incluindo o preço da água, o número de dias e os metros cúbicos consumidos. À medida que o consumo de metros cúbicos aumenta, os custos tendem a aumentar. O que se prevê, é que o aumento da água no próximo ano será baseado no valor da inflação e nada mais além disso.-----

-----No que concerne aos resíduos, o seu custo está associado ao consumo de água e não ao aumento do preço. Atualmente a Resistrela, uma empresa com sede na Cova da Beira, é a responsável pela recolha dos resíduos sólidos no Município. Contudo, todos os municípios têm discutido sobre os custos e, no futuro, esses resíduos podem ser utilizados por algumas empresas. Ao invés de o Município pagar a quem realiza essa recolha, serão as empresas que realizarão esse serviço e pagarão pelo mesmo. -----

-----Ainda, sobre a fatura da água, disse que muitas vezes, ocorreram discrepâncias, pois houve períodos em que a conta de água era de trinta e cinco dias e outros em que era de vinte, o que, obviamente, implica um consumo maior ou menor. O pagamento não é efetuado por dia, mas sim pelo consumo. Com a exceção de quem paga apenas os mínimos, se uma fatura abrange dois meses, o custo é maior do que se fosse apenas de um mês. Também, é verdade que, essas situações se ajustam à normalidade ao longo do tempo, considerando que agora existe uma nova estrutura responsável. Embora, ainda, continue a funcionar com alguns trabalhadores de alguns serviços nas Câmaras Municipais, existe uma estrutura em formação que assume toda a responsabilidade. Talvez o ajuste inicial represente algum custo, mas que visa exatamente o contrário. O objetivo é que com este agrupamento se criem condições para estabelecer uma rede

de apoio para esses municípios, com um equipamento técnico capaz de identificar roturas e fugas de água, evitando um desperdício elevado. Na cidade da Guarda, o desperdício é de trinta por cento, enquanto na maioria dos municípios é de cinquenta por cento, o que implica custos para todos. A finalidade é melhorar o sistema, garantindo a qualidade e quantidade da água, mesmo existindo um custo inicial. A maior parte das condutas necessitam de intervenção e já foi iniciada uma no Concelho realizada pela EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, que é a entidade que tutela as águas. Esse trabalho está a ser realizado na parte do Mondego que abrange os Concelhos da Guarda e de Celorico da Beira. O custo total dessa intervenção, que inclui a substituição de algumas canalizações, ultrapassa os cinco milhões de euros. É evidente que são necessários vários milhões de euros para adquirir um sistema moderno e atualizado, contudo preveem-se várias dificuldades, principalmente, nas zonas históricas. Assim sendo, esta agregação vai ter implicações no orçamento, já que atualmente tanto as receitas como os custos da água já estão sob a responsabilidade da APAL.-----

-----Reforçou que, no início do ano, houve um ajuste no tarifário, sem prejudicar os munícipes mais vulneráveis, uma vez que, a tarifa social foi salvaguardada, não tendo ocorrido mais nenhum aumento durante o ano, sendo que no próximo ano haverá um ajuste baseado no valor da inflação. -

-----De seguida, usou da palavra o munícipe Vítor Henriques, para referir que, há sensivelmente, um mês comemorou-se o centenário do desaparecimento de Sacadura Cabral, bem como, a inauguração das obras realizadas na escola sede do Agrupamento de Escolas. Enquanto aluno, saudou o trabalho do Executivo e expressou os seus profundos agradecimentos ao Senhor Diretor do Agrupamento e a toda a comunidade escolar que, em conjunto, contribuíram para um ambiente mais comodo e acolhedor para todos.-----

-----De seguida, recordou um momento ocorrido na tarde do dia quinze de novembro, durante a leitura do texto referente à Moção, aprovada por unanimidade, que propunha a criação de uma petição para alterar o nome do futuro aeroporto de Alcochete para Sacadura Cabral. O referido texto lido pela Senhora Presidente da Assembleia, menciona o sentido de voto e o conteúdo do projeto, no entanto, não refere o autor da Moção. O PSD sabe que, mesmo tendo votado favoravelmente, não se torna o autor do projeto, porque o autor foi o PS, partido da oposição. Portanto, não pode compactuar com o branqueamento levado a cabo pela Assembleia contra o autor da Moção. De seguida, salientou, ainda, que considera curiosa a ausência do PS nesse momento. O texto da Moção, além de abordar um tema de grande relevância para o Município, também tem em conta fatores histórico-culturais. Contudo, por mais tentador que possa parecer, não deve ser esse o motivo para qualquer um se aproveitar politicamente. A petição é de todos, porém, a Moção que lhe deu origem tem um autor. Por essa razão, pretendeu saber o motivo de um lapso tão grave, que foi o de ocultar o autor da Moção e presenciar a adoção de uma postura de apropriação indevida, mesmo que de forma indireta. Isso é um indício evidente de que existe um limite que nunca deve ser transposto. A política não deve ser construída com base na manipulação de factos ou na omissão de quem realmente concebeu um projeto específico, independentemente, de preferências políticas ou conflitos pessoais. Destacou, que não pretende criar um espetáculo, mas sim realçar a indelicadeza deste pequeno lapso. Primeiramente o respeito e depois o resto. O Concelho merece mais. -----

-----Face à intervenção do munícipe Vítor Henriques a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** expressou o seu desagrado, garantindo que jamais houve intenção de escamotear o autor da Moção. A bancada do PSD apresentou a petição que foi aprovada, por unanimidade, na Assembleia Municipal, bem como, também foi votada de forma unanime, a Moção apresentada pelo PS, para que se iniciassem as diligências

necessárias e o processo fosse conduzido oficialmente. Em relação ao texto da petição, que se tornou público, foi inicialmente elaborado pelos serviços da Câmara, sendo posteriormente revisto e acrescentado por si. Portanto, se há alguém que possa sentir-se lesado, possivelmente seria a sua pessoa, mas não é o caso. Sempre que uma Moção ou Recomendação é aprovada, é entregue à Mesa da Assembleia para que seja transcrita e publicada em ata. No caso em apreço, a aprovação foi unânime e, inicialmente, foi solicitado ao Executivo e posteriormente à Assembleia Municipal que realizassem as diligências necessárias para que se tornasse oficial. Logo, não considera que tenha ocorrido uma apropriação indevida, pois todas as propostas, após a sua aprovação, são da Assembleia Municipal. Mencionou, ainda, que após algumas conversações com o Executivo, acordaram que, por ser uma Moção unânime, a Assembleia Municipal deveria apresentá-la publicamente, em nome de todos os Deputados, incluindo o Deputado do PS, que, em boa hora, a propôs. Portanto, não é propriedade particular, pois quando é aprovada por unanimidade, torna-se um assunto do interesse público. A Câmara foi responsável pela elaboração de todo o conteúdo desse *dossier*, incluindo o texto, e é normal que algumas frases tenham sido extraídas da ata, conforme mencionado diversas vezes. Por conseguinte, trata-se de uma proposta oriunda da Assembleia Municipal, onde podem existir divergências, podem abster-se ou não votar a favor, mas são uma equipe, uma Assembleia.-----

-----No seguimento, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** destacou que a participação dos jovens na Assembleia Municipal é sempre muito benéfica e indicativo de que podem e devem participar ativamente na política. É gratificante saber que existem jovens tanto no PS, como no PSD com uma trajetória bastante interessante e que a todos orgulha. No entanto, este espaço de liberdade e de intervenção, também é um lugar de responsabilidade, onde devem agir com prudência, moderação, ponderação

e conhecimento daquilo que estão a debater. Nesse sentido, referiu que o munícipe Vítor Henriques, demonstrou-se inconveniente, indelicado, inoportuno e sem rigor nas suas afirmações. Relembrou que o que aconteceu foi um desafio proposto pelo Senhor Deputado José Miguel, em nome da Bancada do PS, e muito bem, para delegar a responsabilidade na Assembleia e na Câmara Municipal, pois acredita que são as instituições mais adequadas para os representar a todos. Não se trata da Câmara Municipal do PSD, mas sim do Concelho e dos munícipes de Celorico da Beira, independentemente de serem do PS, do PSD, do Chega, do Partido Comunista ou de outra força política. Portanto, não existe uma apropriação, ninguém afirmou que a Moção é propriedade de alguém. Disse que, o Munícipe, antes de fazer acusações desse tipo, deve primeiro esclarecer-se, para saber o que vai falar e ser contido, pois o tom e o modo provocatório evidenciaram uma grande ignorância. Errar faz parte e a aprendizagem é constante, assim, espera que este momento tenha sido uma lição. A proposta do PS foi, também, um desafio com o objetivo de promover e desenvolver as diligências necessárias para reivindicarem algo que pertence a todos, que é a história de Celorico da Beira, a história de um conterrâneo que, de certa forma, está ligada a toda uma região, incluindo a Guarda. A título de exemplo, mencionou a carta enviada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, na qual dá conhecimento do seu apoio à Petição, “Redenominação do Futuro Aeroporto de Alcochete para Sacadura Cabral”, levada a cabo no Concelho de Celorico da Beira, onde evidencia e valoriza uma parceria coesa pela justeza da petição, pelo enorme legado histórico e pela enorme importância de Sacadura Cabral na cronografia da aviação portuguesa e mundial. Expressa, também, a sua concordância para que mais de um século depois, Portugal possa demonstrar reconhecimento e gratidão atribuindo o seu nome ao futuro aeroporto. -----

-----De seguida, disse que foi solicitada a união de todos e das várias forças políticas para assinar a petição. Reforçou que ninguém se beneficiou

ou tentou promover-se com a Moção. Todos concordaram com o desafio proposto pela Bancada do PS, uma vez que, Sacadura Cabral é uma figura histórica de Celorico da Beira, não é propriedade de ninguém. Existe um objetivo comum que é o reconhecimento nacional de uma individualidade que teve uma trajetória singular e relevante na história contemporânea. -----

-----Em conclusão, reforçou que é necessário ter cautela na forma como se dirigem e na maneira como julgam os outros. Valoriza muito a participação dos jovens na Assembleia Municipal, porém, é imprescindível que haja humildade e uma forma adequada de se expressar. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** expressou a sua gratidão ao munícipe Vítor, tendo em conta o conteúdo da sua exposição e as respostas que se lhe sucederam, suscetíveis de desmotivar qualquer intervenção subsequente. Enalteceu a forma destemida como enfrentou todos os presentes, invulgar para a sua idade, e deseja que a resposta recebida não seja um obstáculo para continuar a intervir nas sessões da Assembleia Municipal, pois todos ganham com a sua participação. -----

-----Quanto ao conteúdo da intervenção, se a Moção deveria ou não incluir a menção ao PS, afirmou que talvez não, no entanto a certidão extraída da ata da Assembleia Municipal poderia justificar essa referência, na medida que a certidão é um relato do que ocorreu na Assembleia e não refere, exatamente, o partido que a apresentou, referindo apenas os proponentes da Moção. Mas como o tema foi debatido, não pode deixar de transmitir a sua opinião sobre a exatidão da certidão extraída da ata. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** disse que a questão é muito clara, o texto que foi incluído na petição foi apresentado na última Assembleia Municipal e aprovado por unanimidade. Reafirmou que o texto foi elaborado em conjunto, com a colaboração dos serviços da Câmara Municipal, porque foi mandatada pelos Senhores Deputados, que votaram

de forma unanime. Portanto, não houve nenhuma obliteração, nem nenhuma apropriação indevida de qualquer uma das intervenções. O Senhor Deputado agiu de forma parcimónia a uma intervenção que não foi bem-sucedida e, ainda, atentou contra sua pessoa, dado que foi ela a responsável pelo processo. Apresentou o texto que seria submetido à petição, na última Assembleia Municipal, onde o leu na íntegra. Por fim, pretendeu saber se o Senhor Deputado José Miguel Figueiredo já tinha assinado a petição. -----

-----Em resposta, o Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** disse que não assinou a petição, porque tinha prevista uma intervenção para averiguar exatamente quais as diligências adotadas, uma vez que entre as várias diligências, não pode estar apenas a submissão de uma petição na Assembleia da República. Portanto, acredita que poucos membros da bancada do PS tenham assinado a petição, mas aguarda o desfecho desta reunião para posteriormente, assinar a mesma. Não está a questionar o conteúdo da petição, mas sim o conteúdo da extração da ata referente ao dia em que esse assunto foi debatido. Logo, a sua questão não estava relacionada com o conteúdo da petição em si. -----

-----Prosseguiu, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** dizendo que a política, especialmente em relação aos jovens, deve ser conduzida com altivez, verdade, princípios e valores. Também é necessário criticar, pois a crítica é sempre benéfica, positiva, imprescindível e deve indicar quando as situações estão bem ou mal. O que considera incorreto é que na política, tudo é permitido e os políticos acabam por manipular as palavras e o discurso de acordo com os seus interesses imediatos. A intervenção do Senhor Deputado José Miguel Figueiredo não foi positiva, não está de acordo com o que é pedagogicamente adequado, que é corrigir os jovens quando erram. Não se trata de impedi-los de retornarem numa próxima oportunidade, mas sim de os incentivar a melhorar. -----

-----Para finalizar, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que além da petição e da cerimónia onde se evocou o desaparecimento de Sacadura Cabral, várias cartas foram enviadas. Portanto, essas diligências foram tomadas e as que ainda estão pendentes serão finalizadas em breve. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos tratados na reunião da Comissão Permanente, realizada na localidade de Fornotelheiro. Seguindo a ordem alfabética, a próxima reunião ficou agendada para a Freguesia de Lageosa do Mondego.-----

-----De seguida, considerando a urgência da aprovação do assunto, propôs a inclusão na Ordem de Trabalhos o seguinte ponto:-----

-----**“Suspensão de aplicação de taxas TRMIU.”**-----

-----**Submetido o assunto a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade, passando a constar na Ordem de Trabalhos com o Ponto quinze.** -----

-----Relativamente à “Redenominação do Futuro Aeroporto de Alcochete para Sacadura Cabral”, o Senhor **Deputado Francisco Cabral** pretendeu saber se a Câmara Municipal, que ficou delegada para tratar este assunto, tem mais alguma ação planeada para além da petição e das missivas. -----

-----Seguidamente, declarou ter lido na comunicação social que Celorico da Beira foi o único Concelho no Distrito da Guarda que não aderiu à rede

das Judiarias. Nessa sequência, pretendeu saber o motivo, uma vez que acredita que seja um ponto turístico de grande relevância, uma forma de atrair turistas e potenciais investimentos para o Concelho. Se não aderiu, quais foram as razões que levaram a tomar essa decisão, que considera não ser a mais vantajosa em prol do Município.-----

-----Interveio a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** para comunicar que as diligências atribuídas à Assembleia Municipal, para o futuro Aeroporto Sacadura Cabral, já foram iniciadas. Em seguida, reiterou a questão do Senhor Deputado ao Executivo, se tem mais alguma ação prevista sobre o tema.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que estão a ser realizadas diversas diligências na esfera da comunicação social, incluindo a colaboração e o apoio dos Militares que participaram no Centenário do Desaparecimento de Sacadura Cabral. Inclusive, um dos elementos presentes já tinha realizado algum trabalho na procura de assinaturas para esse fim. Esse processo continua em andamento, porém, é um trabalho moroso, que deve ser realizado principalmente para afirmar o território e a terra de Sacadura Cabral. Sempre que se promove, afirma e defende a história e Sacadura Cabral, o êxito está sempre assegurado.-----

-----No que diz respeito à Rede das Judiarias, disse que não tinha conhecimento de que todos os concelhos do Distrito, com exceção de Celorico da Beira, integravam essa rede. Não é tão linear fazer parte de determinadas redes e, efetivamente, não fazem parte desta. É verdade que existem provas que evidenciam a relevância e o registo da presença judaica no Concelho, sobretudo em Celorico e Linhares da Beira. Apesar de nem todos serem unânimes relativamente ao retorno e à transparência de alguns municípios envolvidos neste assunto, não descartam a possibilidade de integrarem essa rede, embora ainda não tenham tomado uma decisão concreta. Ainda que na maioria das vezes seja a favor das redes, das quais

fazem parte, como a Rede das Aldeias de Montanha, Aldeias Históricas e outras, no momento, não tem uma resposta concreta, mas é uma situação que será analisada com mais atenção. -----

-----No uso da palavra, a Senhora **Deputada Alexandra Sena** recordou que na anterior reunião da Comissão Permanente, realizada na Freguesia de Casas do Soeiro, no dia vinte e seis de setembro, um munícipe mencionou que existe um enorme problema na Avenida principal daquela localidade. Trata-se de uma placa de trânsito que sinaliza a proibição de passagem de veículos pesados, situada junto à antiga escola primária e que deveria estar localizada no início da Avenida, ou seja, próximo ao Minipreço. O munícipe referiu que reside próximo do local, onde está colocada a placa de sinalização e, que por desconhecimento da estrada, os motoristas de veículos pesados são obrigados a inverter a marcha naquela zona. Isso não acontece apenas devido à referida placa de proibição, mas, também, porque a própria rua não possui largura suficiente para prosseguirem a marcha. O munícipe, também, mencionou que já comunicou a situação diversas vezes ao Senhor Presidente da Câmara e que já sofreu danos na sua moradia, sendo ele mesmo a suportar o custo da reparação. Além de que se existirem outras viaturas a circular, a confusão acaba por se instalar e ocorrem mais danos. Disse, ainda, que há cerca de quinze dias foi interpelada na rua pelo mesmo munícipe, que afirmou que já não sabe mais o que fazer para solucionar a situação, pois já alertou o Senhor Presidente por mais duas vezes, após a mencionada reunião. É certo que, contrariamente ao prometido pelo Senhor Presidente naquele dia, a situação persiste e continua a causar grandes transtornos, não apenas a este munícipe, mas a todos que residem ou circulam naquela avenida. Nesta sequência, questionou se o problema já foi solucionado, caso contrário, solicita que o pedido seja resolvido com a maior brevidade possível. -----

-----Em resposta à questão apresentada, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que falta algum rigor na forma como expôs o assunto, visto que existe uma sinalética adequada. Contudo, é possível acrescentar uma sinalização com maior visibilidade e que reforce a existente. A responsabilidade por danos já ocorridos ou que possam acontecer é de quem, de forma deliberada e imprudente, segue pela Avenida, como é o caso dos camiões. Não podem afirmar que a sinalética não existe, no entanto, o assunto já foi comunicado à Técnica responsável por esse serviço. Reconhece que esse reforço já poderia ter sido realizado, mas assumiu o compromisso de insistir na resolução do problema. De seguida, afirmou que aquele local é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, que adquiriram uma habitação, com o dinheiro do erário público para construção de uma rotunda. Deu conhecimento que, as Infraestruturas de Portugal, vão realizar uma intervenção nesse local para substituir o asfalto que se encontra bastante degradado e vão, também, efetuar um ensaio para projetar uma futura rotunda. A expectativa é que esse trabalho seja realizado o mais rápido possível, já que, o investimento foi feito há vários anos e a situação continua por resolver, tornando aquele local perigoso, porque existe a estrada nacional, a Avenida que segue para as Casas do Soeiro e o estabelecimento Minipreço. Também informou, que recebeu um telefonema da Eng^a Rosa, responsável das Infraestruturas no Distrito da Guarda, a informar que a intervenção no piso será realizada no imediato, bem como, a intervenção referente ao ensaio para uma futura rotunda será, igualmente, executada o mais breve possível. Foi mencionado que futuramente a casa adquirida será demolida, mas enquanto isso não acontecer, existirá sempre uma situação de risco em termos de segurança rodoviária.-----

-----O Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** solicitou esclarecimentos ao Senhor Presidente acerca da notícia relacionada com a realização de buscas pela Polícia Judiciária na Câmara Municipal. Disse

que, aguarda uma explicação mais detalhada do que aquela que foi apresentada à imprensa. Na ocasião, o Senhor Presidente declarou que se tratou de uma operação normal, semelhante ao que acontece em várias Câmaras do País. Considera que não tenha sido uma operação normal, já que a Polícia Judiciária não se desloca às Câmaras Municipais para verificar se está tudo bem e se necessitam de alguma assistência. A Polícia Judiciária desloca-se aos municípios, principalmente para realizar buscas no âmbito de um processo de investigação criminal. Portanto, a tentativa de transmitir a ideia de que foi uma operação normal, não é correta. Contudo, concorda quando diz que foi uma operação à imagem do que acontece em várias Câmaras do País, que estão sob investigação de qualquer natureza. Em contrapartida, o Senhor Presidente declara que espera que tudo esteja em conformidade com a Lei. Esta declaração também não o tranquiliza, pois o Senhor Presidente deveria ter a certeza de que tudo está de acordo com a Lei. Por fim, recordou que a Assembleia Municipal é um Órgão de fiscalização da atividade do Executivo e, portanto, o Senhor Presidente, nos termos da Lei, deve fornecer esse esclarecimento, que espera ser mais preciso e concreto do que aquele que oportunamente prestou à imprensa. --

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que acredita que o Senhor Deputado está ciente de que essas operações acontecem em todo o País. Efetivamente não possui nenhuma informação e o Executivo mostrou-se completamente disponível para que os agentes e a Senhora Inspetora Chefe fizessem o seu trabalho. A maioria das situações observadas e que foram objeto de investigação, estão relacionadas com circunstâncias antigas, inclusive com a falta de licenças para construção, que na sua maioria estão relacionadas com o Executivo anterior. Daí afirmar que, não tem a certeza se tudo está bem ou não. Este Executivo está completamente tranquilo, baseado no princípio “de que quem não deve, não teme”. A única deslocação da Polícia Judiciária à Câmara foi após a tomada de posse, especificamente para investigar o

desaparecimento de cartões de combustível utilizados indevidamente e outras situações desagradáveis que não estão relacionadas com este Executivo. Existem diversos casos criminais envolvendo pessoas com responsabilidades maiores, mas no momento, não é possível fornecer mais informações, além do que sabe e conhece. A única certeza é que os agentes da Polícia Judiciária realizaram o seu trabalho com total naturalidade e, provavelmente, a sua presença na Câmara foi motivada por denúncias anónimas, uma prática habitual no Concelho. Disse que está completamente tranquilo e que transmitiu à Inspetora Chefe que até pode haver falhas, mas dolo, com certeza, que não haverá. Tendo ela respondido que, se não houve dolo, podia ficar tranquilo, pois o erro é próprio do ser humano. Todos os documentos solicitados foram disponibilizados, o processo de investigação está em curso, devido a uma denúncia anónima e o Executivo tem conhecimento de algumas pessoas que foram responsáveis por tais denúncias. Está perfeitamente tranquilo, pois não há desvios de cartões de combustível nem apropriação indevida dos meios da Câmara Municipal, ao contrário do que já aconteceu noutros tempos, o que lhe dá alguma tranquilidade. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** referiu que o Senhor Deputado José Miguel Figueiredo expressou-se claramente, ao afirmar que a Assembleia Municipal tem a função de fiscalizar. Contudo, não podem fiscalizar o que está sob investigação, portanto terão que aguardar. A Assembleia é responsável por fiscalizar o que lhe é permitido e comunicado. Até ao momento, sabe-se que foram realizadas diligências que estão sob sigilo judicial. -----

-----Ainda, sobre a intervenção do Senhor Deputado José Miguel Figueiredo, o Senhor **Deputado Carlos Cunha** comentou que é frequente nas juventudes partidárias mencionar-se o afastamento dos jovens da política devido às denúncias anónimas, tentando incutir o medo onde não

existe. No entanto, percebe estas situações, tendo em conta que estão a menos de um ano das eleições autárquicas, e por isso considera-as completamente normais. Só é pena que tais denúncias não tenham sido feitas no passado e que, somente agora, quando o trabalho está a ser bem executado, tenham surgido.-----

-----De seguida, em nome da bancada do PSD, expressou o seu agradecimento ao Executivo e a todos os Presidentes de Junta e suas equipas pelo trabalho desenvolvido nos últimos meses, desde a última Assembleia Municipal. Nesse sentido, mencionou algumas das atividades realizadas, desde do XVI Festival do Borrego da Serra da Estrela DOP, ocorrido na Carrapichana, a Festa da Castanha, realizada em várias localidades, que teve o seu ápice em Prados, até à comemoração do centenário do desaparecimento de Sacadura Cabral, juntamente com a comemoração do dia da Unidade e XVI aniversário do Comando Territorial da GNR da Guarda. Expressou, também, um agradecimento especial à Guarda Nacional Republicana, aos Bombeiros Celoricenses, à Força Aérea, à Marinha Portuguesa, e à Banda de Música da Força Aérea, pelo magnífico espetáculo que proporcionou e que contou com a participação especial do jovem celoricense, Mauro Martins, que há muito se destaca no cenário musical internacional. Existem muitos outros eventos que merecem destaque, fruto de um trabalho excecional que visa oferecer programas de excelência e visibilidade para o Concelho. Expressou, igualmente, um agradecimento a todos os colaboradores da Autarquia, funcionários das Juntas de Freguesia e Associações que participaram das diversas atividades e eventos realizados, que, conforme mencionado anteriormente, foram de elevada excelência.-----

-----Da mesma forma, desejou aos novos órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira um excelente mandato. De seguida, deixou um apelo para que se continue a trabalhar em prol dos Bombeiros e da população, uma missão de honra que tem como

objetivo a proteção do bem mais precioso, que é a vida, e o bem-estar da população. -----

-----De seguida, congratulou um jovem celoricense que se destaca pelo seu humanismo, iniciativa e vontade de ajudar a sua comunidade, seja no âmbito territorial ou no associativismo estudantil. Nesse sentido, a bancada do PSD, deseja ao companheiro Pedro Santos, residente na Freguesia do Fornotelheiro, um mandato excecional pela sua recente eleição como Presidente da Associação de Estudantes do ISCAC – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. Isso indica que Celorico da Beira tem jovens com potencial, competências e, sobretudo, preocupados com o futuro. -----

-----Mais disse que, mesmo sabendo que não é possível resolver todos os assuntos num único dia, independentemente do trabalho e empenho do Executivo, e ciente do trabalho realizado no Parque Industrial A25, pretendeu saber a atual situação do mesmo, com vista à captação de novas empresas para o Concelho. -----

-----Por fim, em seu nome pessoal e da bancada do PSD desejou a todos os presentes e aos que assistem a esta sessão à distância, um Feliz Natal e um excelente Ano Novo. Que seja um ano de tranquilidade e saúde ao lado de familiares e amigos. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que os reconhecimentos apresentados pelo Senhor Deputado Carlos Cunha são mais que merecidos e expressou a sua gratidão à anterior Direção dos Bombeiros Voluntários, que está a terminar o seu mandato, pelo excelente trabalho que desempenhou. Endereçou, igualmente, votos de um excelente mandato para a nova Direção, que foi eleita democraticamente para um mandato de três anos. -----

-----Relativamente às outras observações, agradeceu a disponibilidade, atenção e simplicidade da Marinha e da Força Aérea durante as comemorações do centenário de Sacadura Cabral. Agradeceu também à

Banda Filarmónica da Força Aérea que mais uma vez marcou presença, além de todas as outras atividades que proporcionaram, incluindo exposições dedicadas a Sacadura Cabral. O evento foi bem-sucedido, apresentando três ou quatro acontecimentos de relevância proporcionados pela Guarda Nacional Republicana e pelo Destacamento Territorial da Guarda aquando o seu décimo sexto aniversário, juntamente com a sua Banda, além de outras atividades direcionadas para a população sénior, cuja proximidade com essa população considera um trabalho meritório. Também transmitiram a sua satisfação e agradecimento por terem proporcionado esses dias de grande interesse e afirmação para o Concelho, em parceria com o Município. -----

-----No que concerne ao Parque Industrial A25, considera uma aposta crucial. Foi realizado um trabalho que já apresenta resultados, pois existe uma empresa com previsão de abertura para o início do próximo ano. Adiantou que, no dia seguinte a esta sessão, será realizada a escritura dos Lotes adquiridos por uma empresa de estruturas metálicas de Viseu, que irá criar alguns postos de trabalho. Além de outras abordagens, existe uma multinacional que está empenhada e já definiu Celorico da Beira como o local de investimento para os seus objetivos, inclusive já estão em negociações bastante avançadas. Atualmente, há uma forte intenção de algumas empresas se fixarem naquele espaço. Acredita que é um local privilegiado, uma vez que está localizado junto à autoestrada, com uma excelente acessibilidade e visibilidade. Portanto, considera que, para o benefício de Celorico, é necessário semear para colher no futuro, porém as pessoas tendem a pensar que têm de colher no imediato. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30/09/2024**-----

-----Foi presente a ata número quatro, referente à sessão ordinária do dia trinta, do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e quatro, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações a efetuar, foi a mesma aprovada, por maioria, com três abstenções, por não terem estado presentes na mencionada sessão.** -----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----A Senhora **Deputada Cláudia Maria Galdes Aguiar**, segunda secretária da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, que se encontra na Secção de Apoio aos Órgãos Municipais, para quem pretenda consultar.-----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** comunicou que as contas estão estáveis, a situação financeira tem melhorado e os pagamentos são efetuados atempadamente, contrariamente a outros tempos e circunstâncias.-----

-----**4. 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2024**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a 4.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2024, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Esteve presente nesta Sessão, o Técnico responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra ao Técnico para uma explicação mais detalhada sobre o assunto. -----

-----O Técnico começou por dizer que esta revisão é efetuada tendo em conta a real execução do orçamento de dois mil e vinte e quatro. Vários projetos não tiveram execução ou foram executados parcialmente e não se prevê mais execução até ao final do ano. Face a esta situação, colocou-se uma redução no montante global do orçamento em cerca de dois milhões, cento e setenta mil euros. A maior parte desta redução está relacionada com os projetos do programa do IHRU, no âmbito do projeto 1º Direito, cujos projetos não estão previstos iniciar este ano. Essa redução na despesa tem reflexo na redução da receita prevista, designadamente das candidaturas a receber pelo Município. Aproveitou-se, também, esta revisão orçamental para incluir duas rubricas de receita permitindo a contabilização de eventual receita que possa ser recebida até ao final do ano. -- -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor e seis abstenções, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano 2024.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**5. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE IMI PARA 2024**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi colocada a discussão e aprovação deste Órgão uma proposta da Câmara Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, informando que, na reunião do Executivo, realizada no dia vinte de novembro de dois mil e vinte e quatro, foi deliberado propor à Assembleia Municipal que se aplicasse, nos termos do art.º 112.º, do CIMI, uma taxa de 0,8% para prédios rústicos e de 0,35% para prédios urbanos, para o ano de 2024, bem como a aplicação da redução da taxa de IMI prevista no nº 1 do artigo 112º - A, do CIMI, para os agregados familiares com um, dois e três ou mais dependentes.-----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que não é suficiente afirmar que a situação financeira está consideravelmente melhor do que há uns anos atrás. É necessário ter estabilidade, não pensar apenas no presente, mas também no futuro. Especialmente quando se enfrentam situações alarmantes, como foi a pandemia e, atualmente, as guerras que estão a ocorrer tanto na Europa, como no Médio Oriente, além das crises políticas e económicas que acontecem neste momento na Alemanha e na França. O que significa que num mundo cada vez mais global, o que acontece ao redor acaba por afetar e influenciar o País, que tem uma forte dependência da Europa e, em particular, de alguns países influentes, como a Alemanha, que é o motor da Europa. Logo, considerando a situação financeira mais favorável,

decidiram optar por fazer um percurso gradual, com prudência na redução de impostos. Na Taxa de IMI aprovaram, em reunião de Executivo, uma descida de 0,4% para 0,35%, o que nas contas da Câmara representa uma diminuição da receita de aproximadamente cento e vinte mil euros. Também, no IRS houve uma diminuição de 4% para 3%, o que implica uma redução na receita de cerca de quarenta e dois mil euros. Quanto à taxa da Derrama, a maior percentagem de receita concentra-se numa única empresa, no entanto, para as empresas com um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros aplica-se uma taxa de 0,01%. No geral, houve um esforço para manter o equilíbrio, evitando passos arriscados. -----

-----De seguida, passou a palavra ao Técnico, Dr. José Tavares, para fazer uma apresentação mais técnica sobre o assunto.-----

-----O Técnico referiu que após ser questionado pelo Senhor Presidente acerca da possibilidade de uma redução das taxas municipais e tendo em conta a proposta apresentada pela oposição, realizou uma avaliação sobre o impacto efetivo de qualquer redução. De seguida, elucidou que estas propostas precisam ser quantificadas para perceberem o custo potencial dessas medidas para o Município. Foram analisados vários cenários para a redução da taxa do IMI, da Derrama e da Participação Variável do IRS. Concluíram que o ideal seria situar a taxa de IMI nos 0,35%, o que implica uma redução na receita do Município para dois mil e vinte e cinco de cerca de cento e dezoito mil euros. -----

-----Em relação à Derrama, a análise é mais complexa, já que 80% da Derrama recebida pelo Município provém de uma única empresa. Portanto, uma diminuição significativa da Derrama beneficiaria essa mesma empresa. Assim, propôs ao Senhor Presidente a aplicação de uma taxa reduzida para as PME's com um volume de negócios até cento e cinquenta mil euros. Essa taxa será de 0,01%, mantendo-se a taxa da Derrama em 1,5%. Com a implementação desta taxa de Derrama estima-se um impacto

de, aproximadamente, vinte mil euros, montante que não comprometerá a sustentabilidade financeira do Município. -----

-----No que concerne, à Participação no IRS, foram, igualmente, analisadas todas as possíveis reduções. É importante lembrar que, quando essas taxas descem 1%, representa, aproximadamente, 20% da receita obtida. Neste cenário, uma redução para 3% implica uma redução de cerca de quarenta e um mil euros de receita. -----

-----No global todas estas reduções resultam num decréscimo da receita do Município em cerca de cento e sessenta mil euros. Ainda, sobre a taxa da Derrama, disse que apesar de se manter e aplicar-se uma taxa reduzida, não implica que a Assembleia Municipal, sob proposta do Executivo, possa aprovar um regulamento que incluía isenções tanto na Derrama como em outras situações. -----

-----A Senhora **Deputada Alexandra Sena** disse que a sua intervenção visa explicar o sentido de voto da bancada do PS em relação aos pontos que foram discutidos. A vinte e dois de julho do corrente ano os Vereadores do PS apresentaram na Câmara duas propostas de redução de impostos municipais. A proposta dos Senhores Vereadores para a redução de IMI e de IRS assenta no facto do Município não se encontrar limitado por nenhum processo de ajuste financeiro, o que condicionava a liberdade de fixação de várias taxas de impostos que constituem a receita municipal. Além disso, o Senhor Presidente informa regularmente nas várias reuniões de Executivo e Assembleia Municipal que as contas estão regularizadas e a dívida está a diminuir. Assim, foi proposta a redução da Taxa de IMI de 0,4% para 0,3% e a Taxa de IRS de 4% para 3%, mostrando que esse é o caminho que torna o sacrifício de todos os celoricenses menos doloroso, pois valorizam os esforços de todos para reduzir uma dívida colossal. Ao reduzir a carga fiscal gradualmente, aumenta-se o poder de compra e conseqüentemente impulsiona-se a economia local. Em relação à taxa da Derrama, foi proposta a redução de

1,5% para 1,25% por forma a transmitir uma mensagem mais forte, tanto a novos investidores como àqueles que já estão estabelecidos. Isso permitiria aliviar a carga fiscal sobre as empresas possibilitando que investissem na modernização, nos recursos humanos e conseqüentemente no seu crescimento. No entanto, as mencionadas propostas não foram aprovadas em reunião de Câmara. Apesar disso, na presente sessão, é sujeita a votação a redução da taxa de IMI e de IRS, bem como a manutenção da taxa de Derrama. Considerando que o Município poderia ter sido mais ambicioso e que o PS jamais votaria contra uma redução de impostos, o voto da bancada do PS será no sentido da abstenção nos pontos 5 e 6, referentes à Taxa de IMI e Derrama, por entenderem que a redução poderia ter sido mais baixa. Em contrapartida, no ponto 7, na Taxa de IRS, o voto será a favor, pois acreditam que é a redução mais justa para o Concelho no momento, conforme proposto pelos Vereadores do PS. -----

-----Usou a palavra, o Senhor **Deputado Carlos Cunha** para expressar a sua satisfação com a redução de impostos. Porém, como tem sido apanágio a nível nacional, o PS não quer uma redução de impostos, conforme foi mencionado. Houve um Orçamento de Estado que propunha uma taxa reduzia de IRC e de IRS para os jovens, que não foi aceite e gerou um intenso debate para o mesmo ser ultrapassado. A Senhora Deputada mencionou uma proposta de redução da Derrama para 1,25%, no entanto, a redução para 0,01% permite que as pequenas e médias empresas paguem consideravelmente menos do que pagariam com 1,25%. Portanto, a proposta do Executivo é muito mais ambiciosa e acaba por ser um meio de atrair empresas. A redução das taxas de IRS e de IMI representa um avanço significativo. Por fim, propôs que no futuro sejam mais ambiciosos e mantenham a mesma política. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que o desejo de todos é não pagar impostos, contudo, para tal, seria necessário ter outras

fontes de receita. Os municípios pequenos possuem poucas receitas próprias, não têm um tecido empresarial forte e muitas das receitas, para além das verbas provenientes do FEF, advêm desses impostos. Se a redução de IMI fosse de 0,4% para 0,3% a perda de receita para o Município ultrapassaria os duzentos mil euros. Como não pretendem correr riscos orçamentais, desejam um orçamento equilibrado, que garanta estabilidade tanto no presente como no futuro. Como tal, não foi possível aplicar taxas mais reduzidas. -----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e nove abstenções, aprovar a Proposta de Fixação da Taxa de IMI para 2024, conforme proposto pela Câmara Municipal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**6. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA 2024**

-----Sobre o assunto em título, foi colocada a discussão e aprovação deste Órgão uma proposta da Câmara Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, informando que, na reunião do Executivo, realizada no dia vinte de novembro de dois mil e vinte e quatro, foi deliberado propor à Assembleia Municipal o lançamento de 1,5% de derrama, para o ano de 2024. -----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e nove abstenções, aprovar a Proposta de Fixação da Taxa da Derrama para 2024, conforme proposto pela Câmara Municipal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**7. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS PARA 2025**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada a discussão e aprovação deste Órgão uma proposta da Câmara Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, informando que foi deliberado em reunião do Executivo, realizada no dia vinte de novembro de dois mil e vinte e quatro, propor à Assembleia Municipal, a fixação em 3% da Taxa de Participação Variável de IRS para 2025. -----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Fixação da Participação Variável de IRS para o ano económico de 2025, conforme proposto pela Câmara Municipal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**8. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2025**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada a discussão e aprovação deste Órgão uma proposta da Câmara Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (7), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, informando que foi deliberado em reunião do Executivo, realizada no dia vinte de novembro de dois mil e vinte e quatro, propor à Assembleia Municipal, a aplicação, nos termos da alínea b), do nº 3, do art.º 106º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, a taxa percentual de 0,25%, para o ano de 2025. -----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2025, conforme proposto pela Câmara Municipal.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**9. ORÇAMENTO, GOP'S E NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2025**-----

-----Sobre o assunto em título e dando cumprimento ao estipulado na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, foi o Orçamento e GOP's para o ano de 2025 colocado a discussão e aprovação deste Órgão, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (**8**), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que a estabilidade financeira do Município é resultado de um trabalho constante para enquadrar as finanças do Município nos parâmetros legais, possibilitar a execução dos diversos projetos planeados e prever eventuais contingências que possam surgir.-----

-----Em relação à execução orçamental, à presente data, a execução da receita situa-se perto dos 83%, enquanto a execução da despesa está perto dos 60%, ligeiramente abaixo do esperado, essencialmente, devido à inferior execução de despesas de capital. Essa situação deve-se ao atraso na execução de alguns projetos financiados, nomeadamente, relacionados com o projeto do 1º Direito, cuja execução está prevista para o início de dois mil e vinte e cinco. Com a aprovação da revisão orçamental, prevê-se uma melhoria das execuções.-----

-----Relativamente às dívidas a terceiros, a redução tem ocorrido de acordo com o previsto, sendo essa redução efetuada essencialmente

através da amortização de empréstimos. Atualmente, o passivo é inferior em cerca de trezentos mil euros face ao final de dois mil e vinte e três, no entanto, é importante salientar que ainda existem vários pagamentos até ao final do ano, totalizando mais de meio milhão de euros, que estão a ser processados no momento. -----

-----Sobre os resultados financeiros, ainda não têm os valores definitivos, mas é expectável que sejam superiores aos do ano anterior, uma vez que, houve um aumento das transferências e impostos recebidos, que compensaram o aumento dos gastos verificados este ano. Em suma, reiterou que a situação financeira continua estável, com boas execuções da receita e redução do endividamento. O Relatório do Auditor Externo, relativo ao primeiro semestre, confirma parcialmente estes resultados, sendo que ainda falta contabilizar alguma receita recebida este mês e realizar vários pagamentos até ao final do ano. -----

-----De seguida passou a palavra ao Técnico, Dr. José Tavares, para fazer uma explanação mais técnica sobre este assunto.-----

-----O Técnico começou por esclarecer que o Orçamento é sempre elaborado de acordo com os princípios legais vigentes, nomeadamente de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 54-1/99, de 22 de fevereiro e respetivas alterações (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e o SNC-AP Sistema de Normalização Contabilística para as Administração Públicas), e contém todas as previsões de receita e despesa para dois mil e vinte e cinco. É um documento que tem que ser obrigatoriamente aprovado pelo Executivo até trinta de novembro de cada ano e posteriormente pela Assembleia Municipal. -----

-----De seguida, disse que o Orçamento de dois mil e vinte e cinco já prevê a entrada em funcionamento da APAL – Águas Públicas em Altitude – Serviços Intermunicipalizados em junho de 2024. Isso alterou a estrutura do orçamento do Município, quando comparado com os anos anteriores, visto que, as receitas relativas à água e saneamento deixaram de ser

recebidas, bem como, deixaram de suportar as despesas associadas, como a aquisição da água em alta e serviços de saneamento. -----

-----O presente Orçamento tem um grande foco no novo quadro comunitário, que se reflete, nomeadamente, através do programa do ITI – Investimentos Territoriais Integrados intermediados pela CIMBSE, onde foram ajustados para os vários municípios os investimentos a serem financiados. É um orçamento que, à semelhança dos anos anteriores, prevê receitas e despesas que resultam da transferência de competências nas áreas da Ação Social e da Educação, sendo que a Educação tem o seu valor evidenciado nas grandes opções do plano, na rubrica específica. -

-----O Orçamento é composto pelo Orçamento e Plano Plurianual, que contém a previsão de todas as receitas e despesas esperadas nos próximos cinco anos, sendo os valores para dois mil e vinte e cinco vinculativos e os dos restantes anos meramente indicativos devendo os mesmos ser atualizados anualmente. Existem as grandes Opções do Plano onde estão evidenciados todos os projetos que o orçamento sustenta e é constituído pelo PPI – Plano Plurianual de Investimentos, onde estão os investimentos de capital e pelas atividades mais relevantes. Todas as rubricas do Orçamento estão repartidas nas GOP's. Também, existe um conjunto de normas, conhecidas como as normas de execução orçamental, que estabelecem as regras que o Município convém evidenciar no ano de execução, tanto na receita como na despesa. -----

-----Ao analisar a receita, o orçamento proposto é de aproximadamente vinte e sete milhões de euros, dos quais catorze milhões de euros são relativos à receita corrente e seis milhões de euros a receitas de capital. A receita corrente representa a receita normal do Município no âmbito do seu funcionamento, enquanto as despesas de capital refletem, essencialmente, o investimento que o Município prevê realizar em dois mil e vinte e cinco. No que diz respeito à receita corrente, foi calculada de acordo com a média dos últimos vinte e quatro meses, sendo que os valores previstos para os anos seguintes foram calculados tendo por base os valores de dois mil e

vinte e cinco, atualizados anualmente a uma taxa de 2,3%, visto ser esta a taxa de inflação prevista para dois mil e vinte e cinco na última proposta do relatório do Orçamento de Estado. Sobre as receitas de impostos, foi tida em consideração a Taxa de IMI que foi aprovada, que sofreu uma ligeira redução face aos anos anteriores. Existem, também, as receitas provenientes do Orçamento de Estado, vulgarmente conhecidas como receitas do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro e não só, que é composto pelo FEF corrente, o FEF de capital, o Fundo Social Municipal e uma parte da receita do IVA. Comparativamente aos anos anteriores houve um aumento de cerca de novecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e seis euros dos fundos estatais. As receitas provenientes de candidaturas estão previstas com os projetos que o Município candidatou e também, ao nível da receita prevê-se uma estimativa do saldo de gerência que irá transitar do presente ano para o ano de dois mil e vinte e cinco, em cerca de dois milhões de euros, do qual um milhão e duzentos mil euros são de receita corrente e setecentos e setenta e cinco mil euros de receita de capital.-----

-----No que concerne à despesa, informou que tem um total de cerca de vinte milhões de euros, do qual cerca de treze milhões de euros são de despesa corrente e sete milhões de euros de despesa de capital. O cálculo da despesa corrente foi essencialmente baseado na média dos últimos doze meses, enquanto os valores previstos para os anos seguintes, foram também atualizados à taxa de inflação de 2,3% ao ano. As despesas com pessoal estão de acordo com o previsto no Mapa de Pessoal e o valor já inclui as atualizações salariais das carreiras da função pública. -----

-----Continuou, dizendo que os encargos com juros foram calculados de acordo com as previsões existentes para os empréstimos e outros mecanismos financeiros.-----

-----As transferências correntes foram orçamentadas com base nas estimativas facultadas pelas diversas secções do Município. Ao contrário do ano transato, decidiu-se separar as despesas relacionadas com eventos, considerando os diversos eventos previstos para o próximo ano,

sendo que os de maior dimensão estão separados nas Grandes Opções do Plano. As grandes obras e investimentos previstos, essencialmente nas despesas de capital estão relacionadas com as solicitações de investimento pretendidas pelas diversas secções do Município e estão previstas, também, as obras que serão sujeitas a financiamento comunitário e estatal, como as que estão no ITI - Investimentos Territoriais Integrados da CIMBSE, além dos investimentos previstos no âmbito dos programas do “1º Direito”. -----

-----Analisando a composição do orçamento da despesa, à semelhança dos anos anteriores, as despesas com pessoal representam o maior peso nas despesas correntes, seguido das aquisições de bens e serviços. No que diz respeito às despesas de capital, o maior peso situa-se nos investimentos financiados, nomeadamente as candidaturas. -----

-----Ao analisar, também, o histórico do Orçamento Municipal observa-se um orçamento de aproximadamente um milhão de euros, superior ao orçamento final de dois mil e vinte e quatro, que pode ser associado ao aumento dos Fundos Estatais. Trata-se de um Orçamento que cumpre com o princípio do equilíbrio orçamental e que foi sempre subindo de valor, devido ao aumento das transferências para o Município. Em dois mil e dezassete, o valor era grande, em consequência da dívida total que o Município acumulou desde então. Com a contração dos empréstimos do saneamento financeiro o valor da dívida desceu substancialmente. A partir de dois mil e vinte e um, observa-se um aumento do valor do Orçamento municipal, que foi quando iniciaram os grandes investimentos, como as Piscinas e a Escola Sacadura Cabral. Além disso, a transferência de competências, também, obrigou ao incremento do valor do orçamento. -----

-----Conforme mencionado anteriormente, foi estimado o valor do saldo de gerência para ajudar a equilibrar o Orçamento para dois mil e vinte e cinco, mas na realidade, atualmente, esse saldo situa-se perto dos quatro milhões de euros, ou seja, possivelmente será esse o valor aproximado

que será acrescentado ao Orçamento do próximo ano, quando ocorrer a próxima revisão orçamental. -----

-----Em forma de conclusão, disse que é um Orçamento muito centrado no novo quadro comunitário, com um foco significativo na requalificação de Infraestruturas e Serviços Municipais e uma grande aposta na habitação social, através dos investimentos previstos em parceria com o IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, nomeadamente, com o projeto 1º Direito.-----

-----O Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** disse que este é o último Orçamento apresentado pelo Senhor Presidente durante o atual mandato, o que lhe permite extrair algumas previsões para o ano de dois mil e vinte e cinco. Além disso, também permite fazer um balanço do segundo mandato do Senhor Presidente à frente do Município. -----

-----No que diz respeito ao balanço do mandato, disse que o Orçamento Municipal para o próximo ano é a confirmação de uma desilusão antecipada, ou seja, comprova o que já se previa, que o Senhor Presidente não conseguiria cumprir todas as promessas. Ao longo da campanha eleitoral prometeu realizar obras faraónicas que atrairiam investimento, dinamizariam o turismo e alavancariam a economia local. Prometeu tudo o que podia e tudo o que sabia que não podia e, quando os seus adversários políticos, na altura, apresentavam algum compromisso eleitoral, o Senhor Presidente rapidamente dobrava a aposta e a propunha por cima. Assim, este Orçamento é a confirmação de que, há três anos, o Senhor Presidente enganou os Celoricenses, porque tinha terminado o primeiro mandato, conhecia perfeitamente o funcionamento e as contas do Município e tinha uma exata noção do que era possível realizar ou não. Logo, se prometeu algo que não cumpriu, enganou todos os eleitores, essencialmente, aqueles que votaram na sua pessoa. Nem neste Orçamento, nem em nenhum dos orçamentos anteriormente aprovados encontram qualquer referência à Escola Profissional de Celorico da Beira, ao megalómano

Parque Aquático com complexo de Piscinas e escorregas, à requalificação da Praia dos Doutores, à requalificação da Praia Fluvial da Ratoeira, à requalificação da Praia Fluvial de Santo António do Rio, à construção do estacionamento junto ao edifício da Câmara Municipal, à construção de um Hotel com campo de ténis nos terrenos junto ao Estádio Municipal, à requalificação da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e da Rua Vergílio Ferreira, entre outros. A questão do PS não reside apenas no facto de o Senhor Presidente não ter cumprido todas as promessas eleitorais, o problema é nunca ter justificado tudo o que ficou por fazer. A verdade é que não tinha condições para cumprir todas as promessas que fez, e o Senhor Presidente tinha conhecimento disso. Contudo, agora todos estão cientes que os grandes projetos usados como bandeira eleitoral durante a sua candidatura eram, na realidade, impossíveis de realizar. Talvez voltem a aparecer numa nova candidatura autárquica que se avizinha, mas, no momento, acredita que os Celoricenseiros saibam extrair as suas próprias ilações. Conforme mencionado inicialmente, este Orçamento representa uma previsão para o ano económico de dois mil e vinte e cinco e, nesta perspectiva, é claramente um orçamento eleitoralista. Em primeiro lugar ocorre um reforço nos gastos com pessoal, quer para acomodar aumentos salariais que decorrem da Lei e, naturalmente, são merecidos, mas também para acomodar novas contratações. A verdade é que a cada procedimento contratual, a cada alteração do Mapa de Pessoal e a cada reforço do orçamento para novas contratações, não pode deixar de recordar as críticas ferozes que o Senhor Presidente desferiu aos Executivos socialistas, alegando que havia trabalhadores a mais. Afinal, os inúmeros trabalhadores que herdou da governação socialista são agora insuficientes para as ambições do Senhor Presidente. Note-se que foi mencionado que os gastos com pessoal, para o próximo ano, representam quase quarenta por cento dos gastos do Município e há também um reforço nos gastos ao nível dos eventos a realizar em dois mil e vinte e cinco. O Orçamento prevê uma despesa global de cerca de oitocentos mil

euros para a realização de eventos e, se houver transferências de outras rubricas ou alterações orçamentais, facilmente chegam a um milhão de euros para eventos. Se o próximo ano não fosse um ano de eleições, dificilmente compreenderia que um Município com a dimensão do de Celorico da Beira gastasse quase um milhão de euros por ano em eventos. Por fim, estão também projetadas várias obras, ainda que a maior parte delas dependa de financiamento estatual, que em muitos casos não se encontra assegurado, não correspondem às obras que o Senhor Presidente prometeu durante a campanha eleitoral. Em resumo, para o ano de dois mil e vinte e cinco o Orçamento do Município vai, essencialmente, dar cobertura a despesas com postos de trabalho, eventos e obras, ou seja, empregos, festas e alcatrão. Nessa sequência, questionou se não é o dinheiro de todos os munícipes que está a ser usado para suportar um ano de campanha eleitoral. Em suma, disse que o presente Orçamento confirma a desilusão de um mandato de quatro anos, que ainda não findou, mas que já tem o respetivo orçamento aprovado e deixa antecipar que o próximo ano será um ano de eleições. Conclusões firmadas, disse que existe um conjunto de dúvidas que pretendeu esclarecer. Em primeiro lugar, no Orçamento da receita, no capítulo económico oito, prevê-se uma rubrica de receitas diversas, no valor de um milhão, duzentos e sessenta mil euros, que pretendeu ver esclarecidas. No capítulo económico treze, o Orçamento da receita, prevê uma rubrica de outras receitas de capital, no valor de setecentos e setenta e cinco mil euros, que pretendeu, também, saber que receitas de capital são essas. No plano plurianual de investimentos, estão previstos setenta mil euros para o Castelo de Celorico da Beira, cerca de sessenta mil euros para o Mercado de Leilão de Gado, quarenta e cinco mil euros para o Castelo de Linhares da Beira, duzentos e cinco mil euros para a Praça do Município, valores que gostaria, de ver, igualmente, esclarecidos. -----

-----Por fim, questionou quais as necessidades do Município para a aquisição de novas viaturas que se encontram registadas no Orçamento, no montante de cerca de duzentos mil euros.-----

-----Em relação à intervenção do Senhor Deputado José Miguel Figueiredo, o Senhor **Deputado Carlos Cunha** declarou que, se este é um Orçamento eleitoralista, o gráfico anteriormente apresentado, demonstra o que eram orçamentos eleitoralistas em dois mil e dezassete. Esses orçamentos rondavam os vinte e cinco milhões de euros, estavam em saneamento financeiro, com processos de dívidas e essa foi a herança que deixaram. Quanto às promessas, também, pode mencionar algumas, tais como a inauguração com pedras, a Clínica de Hemodiálise e as cinquenta empresas que nunca ninguém viu. Disse que, considera ofensivas as afirmações do Senhor Deputado, pois quando o Executivo PSD assumiu o controlo do Município, não se limitou apenas a pagar as dívidas, basta olhar para o Concelho. -----

-----Prosseguiu dizendo que, embora alguém tenha comentado que ele não reside em Celorico, pode afirmar que tem conhecimento sobre o que está a ser realizado, construído, o bem-estar que estão a proporcionar à população, além da atração de pessoas e empresas de concelhos vizinhos e até do Distrito, alguns de outra cor política, que olham para Celorico da Beira como um Concelho estável, trabalhador e em crescimento. Atualmente existe esperança no futuro, vontade de crescer e de trabalhar na concretização dos projetos que se idealizaram para Celorico da Beira. Em dois mil e vinte e um, os celoricenses deram mais um voto de confiança ao PSD, conforme demonstrado pela diferença de votos de dois mil e dezassete para dois mil e vinte e um. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado Luís Marques** disse que, felizmente, o PS, ultimamente, tem adotado a temática das contas certas. É evidente que após oito anos de governação, provavelmente nem tudo foi

devidamente realizado. O Senhor Presidente já reconheceu, com humildade democrática que, ocasionalmente, também há falhas. No geral, para o PSD, todas as matérias têm corrido bem e o eleitorado poderá confirmar. Em contrapartida, quando correm menos bem, é preciso reconhecer os erros e corrigi-los. Talvez, o programa eleitoral, não tenha sido totalmente cumprido, mas é importante recordar que o PS economizou bastante nos cartazes, pois só havia duas temáticas recorrentes, as Piscinas e o Parque Industrial. Foram vinte anos a fazer essas promessas e quem as cumpriu foi o Executivo do PSD. Quanto às obras, o PSD realizou o que o PS prometeu e nunca executou, pois finalmente compreenderam que para realizar obras é preciso ter boas contas. No momento em que este Executivo assumiu funções, não tinha fundos para adquirir nada, nem financiamento, porém, atualmente, a situação é diferente. Portanto, permitam dar tempo ao tempo, pois, como afirmou o Senhor Deputado José Miguel, os celoricenses sabem tirar as suas ilações. -----Por fim, disse que existe uma característica que os diferencia, que é a autenticidade. Quando tudo corre bem, estão bem, mas quando corre menos bem, são os primeiros a reconhecer o erro e a corrigi-lo, razão pela qual têm credibilidade. Por essa razão, o PS é oposição e o PSD é poder. --

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra ao Técnico, Dr. José Tavares, para dar uma resposta mais técnica às questões do Senhor Deputado José Miguel Figueiredo. -----

-----Em resposta, o Técnico esclareceu que os capítulos da receita, especificamente o capítulo 08, outras receitas correntes, e o capítulo 13, outras despesas de capital, são estimativas do saldo de gerência mencionadas na apresentação do orçamento e que estão explanadas no Relatório do Orçamento. Em dois mil e vinte e cinco, aquando o carregamento do saldo de gerência, quase que se anulam essas rubricas, para que a receita seja distribuída na rubrica correta. -----

-----Em relação às outras questões, nomeadamente os duzentos mil euros previstos para viaturas, existe a necessidade do Município adquirir um novo miniautocarro, bem como a aquisição de viaturas para transporte escolar. Esta é uma situação que está a ser analisada para avaliar quais as modalidades a adotar para a aquisição destas viaturas, já que o contrato em vigor finaliza brevemente, no próximo ano. Eventualmente, esta rubrica será ainda reforçada em dois mil e vinte e cinco, dependendo das necessidades que o Município possa apresentar. -----

-----Quanto às diversas obras, não é possível especificar o que está previsto no projeto de cada uma. Apenas pode afirmar que são investimentos previstos no pacto da CIMBSE, incluindo os Castelos e outras infraestruturas. Portanto, somente, os serviços técnicos do Município, nomeadamente a Divisão de Ambiente e Obras, podem fornecer uma explicação mais detalhada. A não ser que o Senhor Presidente tenha alguma informação mais pormenorizada sobre esses projetos.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** expressou, mais uma vez, a sua satisfação, por Celorico da Beira ter jovens que são autênticas promessas, com um futuro promissor na política e em outros campos profissionais, como é o caso do Senhor Deputado Carlos Cunha, que, por mérito próprio, atualmente, ocupa o cargo de Presidente da JSD distrital e é membro do Conselho Nacional do PSD. Também, o jovem Bruno Faria, que neste momento, é Vice-Presidente da JSD nacional e Presidente da Concelhia da JSD de Viseu. O Pedro Santos, atual Presidente da JSD de Celorico da Beira, é também, o Presidente da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Administração e Contabilidade de Coimbra - ISCAC. Certamente que o PS também possui indivíduos a quem reconhece méritos e grandes qualidades, como o Senhor Deputado José Miguel, a quem reconhece capacidade, competências e, sobretudo, capacidades oratórias, ainda que a sua atuação política resvale muito para

a retórica. No entanto, respeita e deseja-lhe todo o sucesso na vida pessoal e política.-----

-----Relativamente a algumas questões colocadas, entende perfeitamente o seu papel, mesmo que não seja justo ou verdadeiro em várias situações que apresenta. Sobre a frota automóvel, além de terem herdado uma Câmara sem recursos financeiros, encontraram um parque automóvel completamente obsoleto e com o tempo, têm vindo a responder, gradualmente, à necessidade de investir em mais viaturas. -----

-----Quanto à estrutura da Câmara, disse que deveria ser maior do que era anteriormente, porque para além de muitos trabalhadores se terem reformado, também foram delegadas pelo Governo um conjunto de competências para as Câmara Municipais, incluindo a Educação, a Ação Social, os monumentos e outras, atribuindo mais responsabilidades ao Município. Na Educação, houve um acréscimo de funcionários sob a tutela da Câmara. No âmbito da Ação Social, também, têm um conjunto de serviços e de competências que os dignificam, como a loja da AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo, e o CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração do Migrante, serviços públicos que estão a prestar e que antes não existiam. Além do reconhecimento nacional de várias situações em que a Câmara está envolvida no auxílio aos mais vulneráveis e necessitados, principalmente os idosos e as crianças. Assim, é evidente que todos esses serviços requerem trabalhadores. -----

-----Da mesma forma, o Canil Intermunicipal que foi finalizado por este Executivo, também necessita de um conjunto de trabalhadores para cuidar dos animais. Para que as Piscinas Municipais funcionem adequadamente, é necessária mais de uma dezena de funcionários, para oferecer um serviço de qualidade à população. As crianças, o público em geral e os idosos beneficiam das piscinas, da hidroginástica e do ginásio que também se encontra em pleno funcionamento. De facto, é oferecido um serviço de qualidade, que teve um impacto significativo na vida dos celoricenses, tanto no lazer como na saúde. Durante alguns anos, foram gastos cerca de

duzentos mil euros naquele espaço em vão, já que as Piscinas abriam e fechavam um mês depois. É necessário tomar decisões e procurar financiamento, e dessa forma, conseguiram, aproximadamente, quatrocentos mil euros, graças ao apoio do Secretário de Estado do PS, Dr. Jorge Botelho, a quem expressa a sua gratidão, por tê-los incluído num contrato programa. De seguida, deu conhecimento que a EN16, que permaneceu por mais de vinte anos sem qualquer intervenção, será adjudicada no começo do ano, com um custo estimado em mais de um milhão de euros. Felizmente, já conseguiram uma parte do financiamento, porque o procuraram. As verbas do quadro comunitário 2020, também, foram utilizadas e todas as escolas foram intervencionadas. Não conseguem realizar tudo o que gostariam, pois reconhece que um dos principais problemas no futuro próximo é a capacidade de execução dos trabalhos, devido à falta de mão-de-obra, o que os preocupa. Atualmente, existe uma enorme falta de resposta, razão pela qual é a favor da imigração. Acredita que, mesmo que não obtenham as respostas desejadas, teriam muito menos se não houvesse imigrantes de outros países que estão a dar uma resposta parcial às necessidades. No entanto, além de todas as questões burocráticas herdadas do Governo do PS e mantidas pelo Governo do PSD, especialmente no que diz respeito ao IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, tem havido atrasos nos procedimentos. Embora, o Município tenha uma situação de relativo conforto, ainda não conseguiu dar as respostas desejadas. Contudo, já existem projetos aprovados, algum financiamento e estão a trabalhar com estruturas locais no âmbito dos gabinetes de engenharia. Estão preocupados com o prazo estabelecido no PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, que termina em junho de dois mil e vinte e seis. É evidente que podem ocorrer mudanças, mas não se sabe ao certo os custos que isso acarretará para as autarquias. -----

-----Sobre o aumento de funcionários no Município, disse que possuem uma estrutura maior, com um gasto superior a 30% do orçamento com

peçoal, porém, atualmente a Câmara conta com um orçamento superior a vinte milhões de euros e uma dívida inferior a nove milhões, ao contrário do momento em que assumiram o mandato, quando a Câmara tinha uma dívida de vinte milhões de euros, com um orçamento de dez milhões. Atualmente existe uma estabilidade financeira e estão a pagar dívidas e contas. Já têm capacidade de contrair dívida, no entanto, ainda não foi necessário recorrer ao financiamento bancário. -----

-----Relativamente à Escola Profissional, disse que celebraram um acordo com o Instituto Piaget, no entanto, enfrentaram diversos obstáculos. Em termos de estudantes, existia a concorrência das escolas profissionais dos municípios vizinhos, provavelmente só seria possível atrair estudantes através da importação de alunos dos Palop's. Além disso, depararam-se com uma situação legislativa que desconheciam, em que as salas não tinham as dimensões legalmente exigidas, resultando na rejeição do projeto pela DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. Dessa forma, concluíram que seria extremamente difícil criar uma escola profissional nesse contexto. -----

-----Quanto à Praça do Município, disse que já elaboraram um projeto com as verbas das ITI, provenientes do pacto com a CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, que pretendem, submeter a concurso brevemente. -----

-----Em relação ao Parque Urbano do Escorial, pode ser um local de lazer, passeio, desporto, além de ser um espaço pedagógico para preservar e divulgar as atividades do mundo rural. Esses procedimentos são morosos e não foram realizados anteriormente, uma vez que só agora começaram a surgir os avisos e editais do quadro comunitário 2030. O Município, também, não tem uma capacidade financeira ilimitada, por isso têm que aguardar a abertura do novo quadro comunitário para começar a trabalhar dentro das possibilidades da Câmara e dos recursos financeiros que lhe são adstritos. -----

-----No que concerne, ao edifício do Leilão de Gado, adiantou que já foi desenvolvido um projeto que vai ser submetido a concurso, pois considera que esse é um local que necessita de intervenção. -----

-----Prosseguiu, comunicando que este Executivo, também, adquiriu alguns edifícios abandonados, contribuindo para a revitalização urbana e estabeleceu um espaço museológico junto à Caixa Geral de Depósitos, que os honra. -----

-----De seguida, disse que os Castelos são Património Municipal e necessitam de uma intervenção. Existem problemas de segurança e até de recuperação no Castelo de Linhares da Beira, sobre os quais já conversou com o anterior Presidente do Instituto do Património. O Castelo de Celorico, também, enfrenta questões de segurança, exigindo uma intervenção para melhorar o espaço. O que não for realizado no período restante deste mandato será executado por alguém no próximo, pois as bases já foram estabelecidas e os projetos estão prontos para serem iniciados. -----

-----Disse, ainda, que existem diversas lacunas e desafios na habitação que até então não foram solucionados, incluindo o espaço onde vivia a comunidade cigana, pois é necessário remover definitivamente as barracas que ali se encontram. Atualmente, apenas três ou quatro famílias residem nesse local, mas a resolução tem sido desafiadora, pois não se querem mudar para outro lugar, preferindo permanecer em Celorico, sua terra natal, e, nesse sentido, têm realizado alguns esforços para combater um estigma social. Continuam a trabalhar tanto no projeto do 1º Direito, como no arrendamento acessível e já obtiveram a aprovação de alguns blocos habitacionais. -----

-----Quanto à praia fluvial da Ratoeira, também tem sido realizado algum trabalho, contudo aquele espaço poderia funcionar melhor, considerando que alguém no passado sugeriu a existência de um espaço exclusivo. Na realidade, o que deveria existir era um espaço de uso coletivo, sob a responsabilidade da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia.

Lamentavelmente existe uma situação que gera muitas entropias que não deveriam existir, tendo em conta, que foi um local construído com recursos públicos. -----

-----Por fim, afirmou que o presente Executivo está na Câmara de forma limpa e transparente, independentemente da Polícia Judiciária estar a realizar as suas investigações. Recordou que, infelizmente, também, ocorreram situações antidemocráticas que impediram a discussão sobre os direitos de preferência que a Câmara detinha sobre determinados edifícios, como no caso da Coceba. Embora não consigam realizar tudo, esforçam-se ao máximo e são sérios. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor e oito abstenções, aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2025.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**10. MAPA DE PESSOAL PARA 2025** -----

-----Sobre o assunto em título e dando cumprimento ao estipulado na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, foi o Mapa de Pessoal para o ano de 2025 colocado a discussão e aprovação deste Órgão, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (9), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao Técnico, Dr. José Tavares, para prestar um esclarecimento mais técnico sobre o assunto. -----

-----O Técnico esclareceu que é obrigatório que o Mapa de Pessoal seja aprovado pela Assembleia Municipal e, o mesmo prevê todos os lugares

que estão previstos no quadro de pessoal da Câmara, incluindo, eventuais alterações que o Executivo decidiu efetuar. Todos os lugares previstos no Mapa de Pessoal estão salvaguardados no orçamento. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e nove abstenções, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2025.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**11. ISENÇÃO DE TAXAS REFERENTE A OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO DE ESPLANADAS**-----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a proposta em título, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (10), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** clarificou que existia um regulamento que permitia a isenção de taxas para algumas esplanadas, enquanto outras não. Com o objetivo de ajudar o comércio, decidiram isentar todas as esplanadas, com efeitos retroativos a partir de janeiro.-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Isenção de Taxas Referentes à Ocupação de Espaço Público de Esplanadas.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**12. PROPOSTA DE ORÇAMENTO 2025 ÁGUAS PÚBLICAS EM ALTITUDE, SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS - APAL-SIM**-----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a proposta em título, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (11), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Ausentou-se da sala a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, não participando na discussão e aprovação do ponto doze e treze da Ordem de Trabalhos, por ocupar o cargo de Assessora no Conselho de Administração da APAL. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que estão perante um orçamento de uma empresa com apenas alguns meses de atividade. Trata-se de um orçamento que visa responder às expectativas de desenvolvimento e crescimento da empresa, especificamente relacionado com pessoal e com a necessidade de adquirirem algumas viaturas. -----

-----Relativamente ao ponto seguinte, o Mapa de Pessoal da APAL afirmou que a maioria dos funcionários estava vinculada ao SMAS da Guarda. Houve, também, uma abordagem aos trabalhadores das Câmaras Municipais ligados ao setor de águas e saneamento, que apresentaram alguma resistência, apesar de não perderem os seus direitos. O Mapa de Pessoal está um pouco inflacionado em relação à realidade atual, o que não implica um acréscimo de custos, mas também serve para precaver necessidades futuras nos vários setores e nas diversas respostas que a empresa necessita fornecer. -----

-----Interveio o Senhor **Deputado Francisco Cabral** para expressar a intenção de voto da bancada do PS referente à adesão do município à APAL. A bancada do PS votou contra, porque na altura questionou se os salários das Chefias iriam refletir algum aumento na fatura da água dos

celoricenses. Infelizmente estavam certos, como o tempo veio demonstrar. Portanto, o PS continuará a votar contra nos pontos em discussão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que só em colaboração com outros municípios conseguem obter financiamento para atender às necessidades. Atualmente, o ajuste ocorre de forma gradual e o Município de Manteigas é o que enfrenta uma dificuldade acrescida, dado que apresentava taxas de água em patamares muito baixos, tendo cinco anos para se ajustar à tabela uniformizada por todos os municípios. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com sete votos contra, três abstenções e vinte e um votos a favor, aprovar o Orçamento 2025 Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados - APAL-SIM.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**13. MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2025 ÁGUAS PÚBLICAS EM ALTITUDE, SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS - APAL-SIM** -----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a proposta em título, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (12), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com sete votos contra, quatro abstenções e vinte e um votos a favor, aprovar o Mapa de Pessoal para o Ano 2025 Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados - APAL-SIM.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----Retomou os trabalhos a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo.-----

-----**14. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO - 1º SEMESTRE 2024** -----

-----Foi presente para conhecimento o Relatório do Auditor Externo relativo ao primeiro semestre de dois mil e vinte e quatro, documento cuja cópia se anexa a esta ata (13), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**15. SUSPENSÃO DE APLICAÇÃO DE TAXAS TRMIU** -----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a proposta em título, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (14), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que entrou em vigor uma nova legislação e, de acordo com o atual Regulamento Municipal, quem desejasse construir ou remodelar uma residência teria que pagar taxas elevadas. Atualmente está a ser realizada uma suspensão do regulamento e o ajuste das taxas à nova legislação, o que implica a elaboração um novo regulamento de acordo com a nova legislação. -----

-----O Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** começou por lamentar a proposta de inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos, feita no dia prévio à reunião da Assembleia Municipal, ressalvando que, embora seja um mecanismo legalmente previsto, deve ser usado apenas em situações excecionais e urgentes. O Senhor Presidente não identificou a urgência, nem na fundamentação entregue, nem na sua intervenção. Portanto,

pretende saber qual o motivo da urgência na aprovação desta suspensão na presente Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** comunicou que a urgência aplica-se a todos que necessitam de realizar uma construção ou remodelação no imediato. -----

-----O Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** disse que no seu entendimento não integra o conceito de urgência para justificar a inclusão no dia anterior à reunião da Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** elucidou, ainda, que o assunto necessita de aprovação até ao final do ano. -----

-----O Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** declarou que essa urgência não está refletida na informação. No entanto, gostaria de colocar algumas questões. A primeira delas diz respeito ao princípio de igualdade, porque seguramente houve alguém que efetuou o pagamento dessas taxas há poucos dias ou meses, e de ora em diante, outros em situação semelhante estão com as taxas suspensas. Assim, parece que a questão não é uma atualização de taxas, mas uma suspensão provisória dessas taxas. Dessa forma dá a entender que quem já pagou essa taxa, até ao momento, fica numa situação de desigualdade. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que não tem conhecimento de qualquer caso e é apenas para precaver que situações dessas aconteçam. -----

-----O Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** disse que isso entronca com a informação prestada pelo Dr. José Tavares, em que existem processos pendentes. Na realidade, existe quase um prémio para

quem ainda não fez o registo atempadamente, pois vai agora beneficiar da isenção de uma taxa. -----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que os processos pendentes serão analisados sob a perspetiva do princípio da igualdade e equidade. A legislação é recente e não tem conhecimento dos serviços técnicos da secção de obras de que alguém tenha sido onerado.---

-----O Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** questionou qual a implicação no orçamento desta medida, considerando que a Lei não determina a suspensão do pagamento de taxas, mas sim uma atualização das mesmas. O Município decidiu suspender as taxas, enquanto não fizer uma atualização. Assim, essa questão é uma opção do Município, não é uma decorrência legal. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a suspensão não implica a isenção do pagamento de taxas. A cobrança da taxa está suspensa, no entanto, as questões colocadas pelo Senhor Deputado são pertinentes e tentará esclarecê-las junto dos serviços. -----

-----O Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** disse que, no seu entendimento, existe uma suspensão na cobrança das taxas enquanto não são atualizadas, o que corresponde a uma ausência de cobrança da taxa. A situação será distinta se a cobrança for suspensa, mas a taxa será cobrada quando ocorrer uma atualização. Diante dessas dúvidas, considera que não estão reunidas as condições necessárias para votarem favoravelmente esta proposta. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com seis votos contra, quatro abstenções e vinte e três votos**

a favor, aprovar a suspensão da aplicação de taxas TRMIU até que as mesmas sejam devidamente atualizadas. -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----Por fim, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** desejou a todos um Feliz Natal.-----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** desejou umas Boas Festas a todos com a mensagem que a seguir se transcreve: -----

-----“Que neste natal, todos os Homens, independentemente da cor, da pele ou do credo, vivam a quadra como um reacender da luz da esperança e se empenhem, com convicção, na afirmação dos valores da paz, do amor, da justiça, da partilha, da solidariedade, da igualdade e da fraternidade. -----

-----Façamos destas palavras atos do nosso dia a dia!-----

-----UM SANTO E FELIZ NATAL PARA TODOS E DESEJOS DE UM EXCELENTE ANO NOVO!” -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram vinte e duas horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----

----- A Presidente da Mesa -----

----- O Primeiro Secretário -----

----- A Segunda Secretária-----